

# Sayad contesta que pacote seja contra a legislação

BRASÍLIA — "Não estamos exorbitando de nossos poderes. As medidas adotadas estão previstas na Constituição". A afirmação foi feita ontem pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, ao contestar as acusações de que as medidas complementares ao Plano Cruzado seriam antidemocráticas.

Sayad disse que o Governo precisava adotar as medidas para permitir o desenvolvimento e o crescimento do País. Observou que todos os decretos assinados pelo Presidente José Sarney, instituindo as novas medidas econômicas, serão submetidos ao Congresso Nacional.

Mais uma vez, o Ministro do Planejamento afirmou que a adoção do empréstimo compulsório sobre o consumo de álcool e gasolina e venda de carros novos e usados não irá

prejudicar o Governo nas eleições de novembro. Sayad disse estar convicto de que "a população saberá avaliar as medidas do Governo e apoiá-las".

O Governo não tem como resolver o problema do consumidor que se sentir lesado pelo cálculo da média de consumo de álcool e gasolina. Quem gastar mais combustível terá a mesma participação no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do que aquele que gastar menos, que sairá ganhando — disse Sayad. O Ministro não acredita na possibilidade de o consumidor que apresentar as notas comprovando que gastou mais do que a média a ser estabelecida, tenha êxito na sua queixa e consiga receber uma cota maior do FND.